

POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DE EMPREGO E EMPREGABILIDADE

Senhora Presidente da ALRAA

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente do Governo

Senhoras e Senhores Membros do Governo

O Plano Regional Anual para 2016 é apresentado no quadro em que a Região Autónoma dos Açores e o país sentem ainda as consequências das políticas de direita implementadas pelo Governo PSD/CDS-PP. De facto, o aparente fim do programa de “ajustamento” não significou a reversão das medidas adotadas desde 2011, nem se verificam melhorias assinaláveis nas condições de vida e de trabalho dos portugueses e das portuguesas.

Estas consequências são, aliás, visíveis, pela fragilidade económica que o país vive, ainda assim atenuadas pelas declarações de inconstitucionalidade a certas políticas do Governo - impedindo a aplicação de algumas das medidas que significavam maior corte de rendimentos -, e de um contexto internacional relativamente favorável. Condições que explicam que o país não tenha continuado num trajeto descendente em termos de indicadores económicos.

Entretanto, a maioria da população portuguesa continua a ver as suas condições de vida a degradarem-se. Os recentes dados do INE revelam precisamente que os últimos anos, e concretamente 2013 e

2014, foram marcados pelo aumento da proporção da população em situação de pobreza ou exclusão social, atingindo já mais de 2,8 milhões de pessoas, e especialmente pelo crescimento da pobreza infantil e entre a população ativa (quer entre os empregados, quer entre os desempregados).

As políticas adotadas pelo Governo da República, nos últimos anos, que visaram a redução de rendimentos para os trabalhadores e pensionistas, e a retirada de direitos económicos, sociais e laborais, tiveram também impacto na população açoriana.

Neste sentido, e com o propósito de combater e minimizar os seus efeitos, a Agenda Açoriana para Criação de Emprego e Competitividade Empresarial veio implementar políticas que visam objetivamente melhorar as condições de vida dos açorianos, através de estratégias de criação de emprego, de qualificação dos ativos e da implementação de um conjunto de medidas de fomento do emprego, por meio de programas que incentivam a contratação, de que é exemplo o Programa de Incentivo à Inserção do ESTAGIAR L e T, o designado programa PIIE.

Outros são, para além deste, os casos de sucesso a que assistimos neste âmbito e que dão bem testemunho da eficácia das políticas de emprego implementadas pelo Governo Regional, de que destacamos, entre outros, o programa INTEGRA e o CPE - Premium, bem como o Família Estável, que tem por objetivo assegurar a estabilidade das famílias açorianas (ao conferir prioridade de colocação em medidas de promoção da empregabilidade nos casos

em que ambos os cônjuges se encontram desempregados) e que se revelou uma medida de grande impacto.

Verificamos, desta feita, que o Governo Regional dos Açores tem estado sempre atento e pró-ativo em criar e implementar medidas para colmatar as dificuldades das famílias e das empresas, bem como a outro aspeto fundamental, que se prende com a manutenção de postos de trabalho.

O combate ao desemprego tem representado para este Governo Regional uma luta sem tréguas. A taxa de desemprego, durante esta legislatura, chegou a atingir os 18% no primeiro trimestre de 2014, o que não fez com que o Governo virasse a cara, bem pelo contrário, graças a um trabalho de apoio às famílias e às empresas, o desemprego tem vindo a diminuir gradualmente, situando-se neste momento nos 12,1%.

Mas estes valores não nos tranquilizam. Sabemos que nem tudo está resolvido e que as questões laborais são muito variáveis e sujeitas a fatores nem sempre expectáveis. Temos de manter uma atenção permanente a esta área, mas estamos convictos de este ser o caminho certo e o Plano Anual 2016 consolida essa nossa convicção.

Ora, sendo o combate ao desemprego um esforço coletivo, o Governo Regional tem sempre procurado conjugar esse trabalho com os parceiros políticos e sociais. Esta articulação garante aos Açorianos que, enquanto houver um desempregado, o Partido Socialista não baixa os braços em relação às políticas de emprego e

de qualificação, quer através da concertação estratégica, quer ouvindo regularmente os representantes dos trabalhadores.

Os dados efetivos revelam que, com o esforço de todos, podemos afirmar hoje que a percentagem de desempregados em novembro de 2015 é inferior à de novembro de 2012, quando este governo regional tomou posse. Sendo um dado bom por si só, a ele se alia, reforçando a sua importância, um grande aumento da população ativa.

Podemos então afirmar que os programas de emprego têm sido um contributo muito importante no combate ao desemprego. Mas são um contributo, não são a etapa final. Um caminho que se vê reforçado no Plano agora apresentado.

As prioridades do Plano Anual para o Ano 2016 são muito claras: o Governo Regional dos Açores propõe-se continuar um caminho de apoio ao emprego e de aumento da competitividade, contribuindo para a criação e manutenção de postos de trabalho e para a promoção de novas oportunidades.

Para tal, e de forma a consolidar as políticas já implementadas de aumento do rendimento das famílias e das empresas, o Governo Regional dos Açores, no Plano 2016, preconiza a execução de medidas capazes de continuar a reforçar as condições de empregabilidade dos açorianos.

Inserir os jovens no mercado de trabalho e combater o desemprego de longa duração são sempre, neste âmbito, prioridades muito

relevantes, concretizando-se através de, respetivamente, os Programas Estagiar L e Estagiar T, e o Programa Integra.

Impõe-se referir também a continuidade das políticas públicas de Qualificação e Reconversão Profissional, previstas no Plano, que se direcionam para a qualificação dos Açorianos, fomentando assim a sua empregabilidade e elevando o seu nível de escolaridade. E todos sabemos que a qualificação é premissa essencial para a criação de riqueza e de emprego.

De salientar, neste sentido, a prossecução dos cursos REATIVAR, essencialmente destinados a desempregados, que constituem uma estratégia de qualificação combinada, uma vez que, para além de conferirem um grau de escolaridade, atribuem também uma qualificação profissional.

Um outro exemplo é o desenvolvimento do programa de formação Aquisição Básica de Competências, que está a cargo da Rede Valorizar e que segue a metodologia de RVCC – Reconhecimento, Valorização e Certificação de Competências.

Ao analisarmos os documentos hoje em discussão, verificamos que o Governo Regional dos Açores está igualmente empenhado em criar e implementar medidas para colmatar as dificuldades das empresas açorianas, através de sistemas de incentivo à competitividade empresarial.

Senhora Presidente da ALRAA

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente do Governo

Senhoras e Senhores Membros do Governo

Todas as pessoas têm direito ao trabalho e à proteção contra o desemprego, como preconiza a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Investir, portanto, em políticas que visem o aumento da empregabilidade e competitividade da economia será, imperiosamente, ir ao encontro desse direito fundamental. Nos Açores, os governos socialistas têm feito sempre desta aposta uma bandeira, como está expresso no Plano 2016 sobre o qual hoje nos debruçamos.

Disse.

Horta, sala das sessões, 24 de novembro de 2015

A Deputada: Graça Silva